

**Pintasilgo, Maria de Lourdes (2012), *Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado. Antologia de textos de Maria de Lourdes Pintasilgo* (organização de Antónia Coutinho, Fátima Grácio, Noémia de Oliveira Jorge, Paula Borges Santos e Regina Tavares da Silva), Porto, Edições Afrontamento, 446 páginas.**

Maria Isabel de Sousa Ramos

Mestre em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

A presente publicação surge como concretização, por um lado, da vontade da Fundação *Cuidar O Futuro*, que tem à sua guarda o arquivo pessoal de Maria de Lourdes Pintasilgo, de partilhar com o público em geral documentos vários (comunicações, discursos e artigos apresentados ou publicados no nosso país e um pouco por todo o mundo, sobre variadíssimas temáticas). Estes ilustram o percurso de vida da sua fundadora, uma mulher brilhante, dotada de um pensamento pioneiro, ousado e original para o seu tempo, o qual parece ter sido escrito hoje, de tão atual que é. Por outro lado, trata-se da materialização de um desejo manifestado, ainda em vida, pela própria, uma mulher de causas, que apresentava o «cuidado» como o núcleo duro pelo qual a atitude política se deveria pautar, desejo que em boa hora se vê concretizado.

Com prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa e posfácio de Maria João Seixas, encontramos nesta publicação, dada a inegável multiplicidade de textos produzidos e temas abordados por Maria de Lourdes Pintasilgo, alguns remontando já à década de 1950, um limite temporal – a década de 1990. Apresentam-se textos em várias línguas (português, francês e inglês), tendo em conta as várias versões da autora, onde se salienta a sua diversidade linguística, bem como o alcance internacional do seu pensamento. Quanto aos temas, embora uns se reencontrem nos outros: Mulheres, Igualdade, Democracia Paritária; Democracia, Cidadania, Direitos Humanos; Desenvolvimento, População e Qualidade de Vida; Educação e Cultura, Valores, Religião, Ética – quatro das «incontáveis batalhas de Maria de Lourdes Pintasilgo [estão] presentes nesta obra (p. 19).» Sendo através da reflexão sobre estes temas que, para a autora, se poderia operar uma mudança de paradigma, conduzindo a *Um mundo assente no cuidado*, talvez (re)inventando-se a democracia.

No primeiro tema, *Mulheres, Igualdade, Democracia Paritária*, a única, até hoje, Primeira-ministra do nosso país colocava em evidência a mais-valia da partilha com as mulheres do poder e da tomada de decisão política. A autora encarava como fundamental o envolvimento das mulheres na política de forma a mudá-la, para que esta estivesse mais próxima dos reais problemas dos povos e das pessoas, considerando a necessidade de uma nova cultura política, uma democracia

paritária. Aquele seria o momento, não só pela crise e descrédito que a política atravessava, mas também pela urgência do acesso à igualdade entre homens e mulheres. Aprofundando as mudanças em curso na perspectiva de uma crescente interdependência em termos económicos e políticos, onde o meio-ambiente surgia como um novo ator social a não menosprezar, alertando para o fosso que economia de mercado alargaria, conduzindo a mais desigualdades, Maria de Lourdes não deixaria de apelar à valorização da «cultura das mulheres». Esta seria um contributo fundamental para a reorganização dos laços sociais e de novos modos de gestão da vida na sociedade. No entanto, não perderia também a oportunidade de chamar a atenção para algumas armadilhas a que o acesso à igualdade, para as mulheres, poderia estar sujeito: «ce qu'il faut éviter c'est que l'accès à l'égalité entre hommes et femmes crée une harmonisation nivellatrice, uniformisante et réductrice» (p. 74). Insistiria na necessidade de uma aprendizagem do acesso, bem como no facto de que a participação das mulheres na tomada de decisão não se deveria limitar a seguir modelos dominantes (masculinos). Ainda nesta primeira parte encontramos a noção da autora de «cuidado» (influenciada pela leitura que fez do filósofo Heidegger) e a forma como a trazia para a política. Também uma reflexão sobre a liderança feminina tem aqui lugar, liderança que poderia contribuir para uma outra forma de olhar a governabilidade e forjar uma nova política.

O segundo tema, *Democracia, Cidadania, Direitos Humanos*, começa pela reflexão sobre novos direitos e a emergência da identidade, tema considerado por Maria de Lourdes ambíguo. Para a autora, o que alguns especialistas consideravam de novos direitos (tanto aqueles que ainda se estavam a fazer o seu caminho, como o direito à saúde, à educação ou mesmo ao trabalho), não o seriam propriamente, pois esses já se encontrariam consagrados na lei. Importaria era refletir sobre a identidade, nomeadamente questionando se a identidade pela nascença seria realmente pertença do passado na prática (nasceríamos de facto iguais?), refletir sobre a identidade tutelada pela profissão devido à industrialização, sobre os obstáculos que os direitos encontravam (p.e. a sua não-universalidade de facto, o fosso entre a as leis e a prática). Os novos direitos, segundo a autora, nasceriam da evolução da ciência e da tecnologia: o direito a um meio-ambiente são e equilibrado, a um ambiente social digno, a um verdadeiro ambiente cultural. Mas não esqueceria que também necessitavam de reconhecimento os direitos dos grupos: crianças, idosos e mulheres. Abordava ainda os contornos dos poderes: o poder em relação às coisas e à natureza; nas relações entre as estruturas sociais e políticas; nas dimensões culturais e religiosas. A sua perspectiva sobre como a ética, cidadania e política deveriam interagir também nos é apresentada. Para a autora a cidadania não se esgotava no exercício de voto e a política era de todos e todos os dias, não se esquecendo dos princípios éticos necessários para tal, uma ética que se queria global.

Nos dois últimos temas (*Desenvolvimento, População e Qualidade de Vida; Educação e Cultura, Valores, Religião, Ética*) encontramos um discurso proferido no ato

de aceitação do Doutoramento *Honoris Causa* atribuído pela Universidade Católica de Lovaina onde Maria de Lourdes se centrara sobre a palavra solidariedade num sentido lato, a uma escala planetária e como valor moral. Volta-se ao tema da grande mudança que se operou em relação à ciência e tecnologia, refletindo sobre uma sociedade mediatizada pela técnica, sobre a forma como o poder do «saber fazer» se sobreporia ao poder de saber, sobre uma conseqüente necessidade de uma alfabetização científica e tecnológica e sobre esta como elemento-chave de estruturação da sociedade e ponto-chave da sobrevivência do planeta, da espécie humana. Também encontramos a sua preocupação com a problemática da população, em virtude do seu duplo movimento de crescimento e de declínio, não deixando de lado, nesta reflexão, a busca de um equilíbrio estável entre, por exemplo, homens e mulheres, jovens e idosos, ativos e não ativos, entre outros. Quanto à qualidade de vida, para a autora, se o ser humano fosse olhado apenas como número, ela sairia penalizada, daí a importância da aposta em políticas sociais (além da saúde e da educação) para a sua construção. Vivendo-se num mundo em transição, com um desenvolvimento económico crescente, alertaria para o crescendo de desigualdades sociais, já que ele não conseguira «absorver» a pobreza. Face a tudo isto exigia-se, segundo a autora, uma ética da «responsabilidade», pois esta é que seria a raiz da liberdade. A autora refletiu também sobre a «revolta da natureza», a terceira revolução industrial e a informação instantânea como dados evidentes de um mundo globalizado, dados que requereriam uma nova aprendizagem da cidadania.

Retornar-se-ia novamente ao sagrado, segundo a autora, não para explicar fenómenos da natureza inexplicáveis mas como recusa da complexidade, da modernidade. Assistir-se-ia à sacralização das sociedades secularizadas, à sacralização do chefe, de espaços, tempos, esmagando-se o cidadão por ficar impedido de usar os seus direitos individuais. Recorrendo frequentemente à tragédia de Antígona, a autora considera que se prende a política ao sagrado, sendo que Creonte representaria a primeira (ordem política) e Antígona o segundo (a consciência individual). Maria de Lourdes refletira ainda sobre a espiritualidade das mulheres (cristãs ou não) e os caminhos a trilhar (busca espiritual que terá de tocar no fundo do seu próprio ser), sobre as novas questões que o mundo em mudança traria sobre a educação para os valores e sobre os próprios valores da educação, bem como a importância de culturalizar a sociedade e socializar a cultura. Maria de Lourdes, para tal, colocaria enfoque na promoção de «políticas culturais»: de preservação do património de cada povo, de criação e difusão de formas tradicionais de expressão cultural, relacionando-as com o quotidiano, de promoção do estatuto e formação dos criadores, artistas, de forma a manifestarem livremente o seu talento, entre outros, para que a cultura pudesse chegar a penetrar todos os setores da vida em sociedade.

Da minha leitura, surgem-me algumas questões para reflexão pessoal: mulheres e homens estarão à altura do legado deixado por Maria de Lourdes Pintasilgo, já que ela acreditava na capacidade de todas e todos para mudarmos

o mundo? É no bom caminho que seguimos ou estaremos a defraudar a sua crença em nós? Talvez devamos seguir o conselho que Maria João Seixas nos deixa no posfácio, termos à mão esta Antologia, «para poder ser lida e relida como um Breviário, na certeza de que nela encontraremos ensinamentos e inspiração suficientes para, aqui e agora, nos sentirmos capazes de não *nos* perdermos» (p. 446). Quanto a mim, procurarei fazê-lo.

**Ventura, Isabel (2012), *As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*, Lisboa, Tinta da China, 206 páginas.**

Teresa Alvarez

CEMRI/Universidade Aberta, Portugal

Este livro de Isabel Ventura tem por base a tese que defendeu no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta, sobre seis mulheres jornalistas, da imprensa escrita, que iniciaram a sua atividade profissional no início de 1960: Alice Vieira, Edite Soeiro, Diana Andringa, Leonor Pinhão, Maria Antónia Palla e Maria Teresa Horta. Porquê estas jornalistas e não outras? Foram estes os nomes que, em entrevistas exploratórias realizadas pela autora a um conjunto de jornalistas que exerciam a sua atividade nas décadas de 1960 e 1970, foram unanimemente identificados como «casos paradigmáticos do jornalismo português» deste período (p. 30).

No Prefácio, Fernando Alves evidencia os dois elementos de contextualização da atividade destas seis mulheres, privilegiados por Isabel Ventura: o regime político que vigorava no país e suas repercussões na atividade jornalística, por um lado, e a cultura androcêntrica, e frequentemente sexista, que configura os contextos, os ambientes de trabalho e as práticas profissionais do jornalismo no mesmo período. As duas situações são vivenciadas, recordadas e narradas de formas diversas, em alguns momentos, e inequivocamente convergentes, em muitos outros, por estas seis jornalistas, conferindo ao percurso profissional de todas elas, como de tantas outras mulheres em outros contextos profissionais, o denominador comum de *luta redobrada*, como refere Fernando Alves, tendo todas elas «conquistado o seu lugar num «território de homens», num tempo de opressão» (p. 12).

Na explicação da escolha do período em análise, Isabel Ventura refere o aumento da percentagem de mulheres jornalistas sindicalizadas entre 1960 (2%) e